

da dívida custou caro

Raul Zamora, da France Press

Paris — Os países mais endividados da América Latina e do mundo conseguiram reescalonar suas dívidas "eternas" ao preço de continuar endividando-se para poder pagar.

A América Latina, afundada na pior crise econômica dos últimos 50 anos, depois de tocar o fundo do poço em 1983, começou a voltar lentamente à superfície em 1984, renegociando as dívidas, aumentando as exportações e reduzindo as importações.

Contudo, o abalo econômico de 1982 e 1983 foi de tal ordem que seus efeitos continuaram sendo sentidos em 1984.

O panorama é extraordinário: uma dívida externa em vias de transformar-se em dívida "eterna", uma inflação barroca que continua crescendo, salários "mínimos vitais" que se encolhem a menos que mínimo e menos que vital, imensos "exércitos" de desempregados que nem mesmo recebem salários "mínimos vitais".

Os governos latino-americanos tiveram que aplicar políticas de austeridade exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelos bancos internacionais como condição indispensável para aprovar as novas facilidades de pagamentos da dívida.

As restrições que a austeridade comporta repercutiram negativamente sobre os investimentos produtivos indispensáveis para o desenvolvimento econômico e restringiram os investimentos para desenvolvimento social em setores como a educação, a assistência médica ou a construção de casas.

Inflação

Apenas alguns países da América Latina conseguiram combater a inflação com relativo êxito em 1984, a qual não deixou de crescer em taxas de dois, três e até quatro dígitos.

Em 1984, o recorde foi batido pela Bolívia: 3.500 por cento de inflação ao ano, a mais alta do mundo, capaz de provocar falta de ar num condor.

Após a Bolívia, a galope, vem os argentinos, com 700 por cento de inflação, e carregando um fardo de quase 50 bilhões de dólares de dívida externa, herança dos militares.

O Brasil, com a maior dívida do mundo — 100 bilhões de dólares — marcou em 1984 um gol contra de 220 por cento de inflação, com um resultado pior do que o de 1983.

Entre os países com inflação em três dígitos, o mais moderado foi o Peru com uma taxa de 110 por cento.

Entre os países com inflação em dois dígitos figuraram em 1984 o México com taxa de 60 por cento, o Equador com 26 por cento, Colômbia com 16 por cento, o Chile com 20 por cento e a Venezuela com 15 por cento.

Custo social

Mas, nem os que obtiveram um êxito relativo em seu combate contra a inflação podem dar-se por satisfeitos. Este combate significou um elevado custo social. Como fazem os assalariados latino-americanos para viver num meio ambiente tão hostil?

No Brasil, os salários são reajustados a ritmos inferiores aos da alta do custo de vida.

No Uruguai, os militares, partem, mas deixam seus compatriotas com salários cujo poder de compra equivale à metade do que era em 1973, quando os generais tomaram o poder.

Os chilenos realizaram em 1984 a triste proeza de viver com uma renda per capita que caiu aos níveis de 1960.

Na Argentina, o salário "mínimo" equivale a 100 dólares, mas um casal com dois filhos precisa de uma renda de 350 a 540 dólares.

Mas seria injusto, dizem os observadores, atribuir apenas aos militares a tendência de endividar-se no exterior e apertar excessivamente o cinto de seus concidadãos. Os governos civis não ficam atrás, olhando-se o panorama geral da região.

Por exemplo, no México, onde reina um poder civil os produtos de primeira necessidade aumentaram 316 por cento em 1984 e o salário mínimo cresceu apenas 160 por cento.

No Peru, o salário "mínimo vital" — duas palavras eloquentes — caiu 15 por cento neste ano e não há números que permitam medir como os atingidos puderam reduzir seu mínimo vital nesta porcentagem.

Na República Dominicana, 86 pessoas morreram protestando em abril contra a política de austeridade que triplicou subitamente os preços do pão, do óleo e dos medicamentos.

A rica Venezuela, que esbanjou o dilúvio de dólares da alta do petróleo iniciada em 1973, tem em 1984 uma das maiores dívidas externas do mundo (34 bilhões de dólares), sua moeda desvalorizou-se em 74 por cento e os preços dos produtos de primeira necessidade subiram até 100 por cento.

Mas, se o assalariados sofrem em seu nível de vida, como fazem para sobreviver estes enormes exércitos de desempregados latino-americanos, sem dívida maiores do que informaram as estatísticas oficiais?

Exército de desempregados

No Chile, o desemprego é de 12 ou 15 por cento, segundo números oficiais que os sindicatos e a oposição consideram inferiores à realidade, sem contar com o desemprego disfarçado, ou subemprego.

No Peru, a situação agravou-se, de acordo com cifras oficiais. Os peruanos empregados representavam em 1983, 37,55 por cento da população ativa. Em 1984 esta porcentagem caiu a 34,9%, enquanto 54,2 por cento desta massa está subempregada. Um total de 10,9 por cento da população ativa está oficial e claramente sem trabalho.

A situação parece ainda pior na Venezuela, onde oficialmente o desemprego é de 15 por cento da população ativa.

No Uruguai, a taxa também é de 15 por cento, mas discute-se a validade desta estimativa oficial e considera-se que 25 por cento está mais perto da realidade.

No Equador, os desempregados representam oficialmente oito por cento, mas este número não inclui 35 por cento da população ativa que está subempregada.